



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Sexta-feira, 01 de dezembro

A Crítica

Governadores se unem para destravar verbas - 03

Diário do Amazonas

Comissão da Câmara aprova ZF no Amapá - 04

Justiça anula licença para obra do linhão entre Manaus e Boa Vista - 05

Em Tempo

Editorial: Tem que respeitar o modelo ZFM - 06

Comitiva belga visita Manaus em busca de parceria - 07

Jornal do Comercio

Coluna Quem Disse - 08

Coluna Frente & Perfil - 09

Setor Privado: o protagonismo (não) pede passagem / Coluna Follow-Up empresarial - 10

Ipaam e Fieam lançam sistema online MTR - 11

Questão indígena freia infraestrutura - 12

Amazonino recebe governador de Rondônia - 13

TEMA DO DIA



a crítica
 MANAUS, SEXTA-FEIRA,
 1º DE DEZEMBRO DE 2017

A3

Recursos da Suframa >

Governador do Amazonas participa de reunião em Belém com governadores da região Norte. Um dos pontos de pauta do encontro é a liberação de recursos oriundos de taxas cobradas das empresas do PIM que são retidos pelo governo federal para compor o superávit primário do País



Investimentos

Verbas contingenciadas poderiam ser investidas para desenvolver a infraestrutura e melhorar as condições sociais na Amazônia Ocidental.

1,8

Bilhões de reais

É o valor das taxas cobradas das empresas da ZFM que fica retido pelo governo federal.

Governadores se unem para destravar verbas

Amazonino Mendes e Confúcio Moura, de Rondônia, vão discutir em reunião na Sudam o descontingenciamento de verbas da ZFM

GEIZYARA BRANDÃO
 geizyara@critica.com

O governador Amazonino Mendes (PDT) busca descontingenciar o montante de R\$ 1,8 bilhão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A decisão foi anunciada ontem depois de uma reunião com o governador de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB). O valor informado pela Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Suframa foi acumulado de 2003 a 2016.

Amazonino afirmou que o contingenciamento é "um ponto em comum" de interesse dos estados, tanto do Amazonas quanto de Rondônia. "Entendemos que é um desperdício, um absurdo, é um abuso esse contingenciamento dos recursos da Suframa", enfatizou.

O governador do Amazonas explicou que a taxa que é recolhida e contingenciada poderia auxiliar projetos dos Estados da Amazônia Ocidental e Amapá.

A situação será debatida durante a reunião com os chefes de Estado, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em Belém (PA), nesta sexta-feira.

"Nós queremos um percentual que é dele, que foi levantado pelo Confúcio, de recursos para nossas Agências de Desenvolvimento", afirmou Amazonino.

CONSORCIO

Durante a reunião de ontem, os governadores alinharam as propostas em prol do desenvolvimento da Amazônia com a união dos Estados da Amazônia, por meio de um consórcio. "O crescimento da Amazônia tem que ser harmonioso entre todos, o ganha-ganha. Isso vai ter que partir de nós, não esperar a benevolência de governo central, de outros Estados do sul e sudeste, de ter uma generosidade de atender os Estados da Amazônia", expôs Moura.

O governador de Rondônia criticou, ainda, que a bancada de parlamentares da Amazônia não se une para buscar melhorias para a região. "São bancadas de si próprias. Então nós temos que entrar, trazer para si



Governadores Amazonino Mendes e Confúcio Moura participaram de uma reunião, na manhã desta quinta-feira, na sede do governo do Amazonas, no bairro Compensa II, zona Oeste de Manaus

próprios, para perto os nossos deputados federais. A Amazônia não tem partido. O partido somos nós. O discurso é igual para todos, não tem esquerda, não tem direita, nós temos um interesse comum", explicou.

Moura destacou a necessidade de aproximação dos estados vizinhos, por meio da legalização de um instrumento de "sorcorro mútuo". "Nós estamos aqui para uma transição de falas, de governos, de posturas, uma postura da generosidade de nós para nós", disse.

Amazonino ressaltou que o governador de Rondônia traz ideias para a união dos Estados. "Ele foi generoso, evidenciando sua boa vontade de resolver eventuais impasses, problemas, até mesmo intervenções físicas, resguardada as legislações".



Taxas cobradas das empresas instaladas no PIM são retidas pelo governo federal

Blog

Nelson Azevedo Vice-presidente da Fiemam

"O descontingenciamento é bom, não só para as indústrias, é bom para todos nós: para o Amazonas, para os Estados da Amazônia Ocidental, para o Amapá. A Suframa conseguindo o descontingenciamento, conseguindo a sua autonomia, a liberdade para decidir as aplicações de seu recurso poderia contribuir com os Estados da Amazônia Ocidental. Um dos exemplos que nós temos foi a construção da Universidade do Acre com o dinheiro da Suframa. Desde 2003 acabou, a Suframa ficou esvaziada dessa autonomia e



agora, com essa possibilidade de isso acontecer é muito positivo para nossa região. Nós poderemos pagar de volta o apoio político da bancada porque são cinco Estados envolvidos. É positivo não só para as indústrias, mas vai ajudar no desenvolvimento da região".

Análise

Marcelo Seráfico

DOITUR EM SOCIOLOGIA E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AAM

'São poucos os que conhecem'

Os parlamentares que defendem a Zona Franca de Manaus não têm um conhecimento aprofundado sobre essa temática. Esse é um dos motivos de não conseguirem apoio às demandas da região, segundo o sociólogo Marcelo Seráfico. "São poucos aqueles que po-

dem falar sobre ela e, portanto, argumentar em torno da importância desse mecanismo de dinamização econômica para a região. Em segundo ponto, os parlamentares que falam são para conseguir votos, são discursos de véspera de campanha. Em terceiro lugar, talvez de maneira mais importante, parte das dificuldades dessa mobilização em torno da defesa dos incentivos fiscais tem a ver com o fato de que o grande beneficiário é o Estado do Amazonas", disse.

Em relação ao contingenciamento, Seráfico ressaltou que é uma questão mais delicada. "Uma bancada se mobiliza em torno de uma questão, seja ela qual for, sempre tendo em vista outras".

Contingenciamento prejudica a região

Os economistas José Alberto Machado e José Laredo apontaram as consequências que o contingenciamento dos recursos da Suframa podem trazer, como a perda da importância política e a falta de autonomia para planejamento de aplicação dos recursos da autarquia.

Machado explica que a Suframa arrecada recursos por meio de taxas cobradas das empresas de importação, insumos, desembarços de mercadorias. "Como se trata de recursos federais, quando a empresa recolhe a taxa cai na conta da União. Ao invés de

União repassar todo o recurso arrecadado dessa fonte, só repassa aquilo que a política financeira da União estabelece e a parte que não é passada é chamada de contingenciamento", esclareceu.

Os recursos eram utilizados para projetos nos estados de atuação da Suframa. Com o contingenciamento, Laredo conta que a autarquia perdeu prestígio. "Os governadores, prefeitos não participam mais com tanto interesse porque não sobra mais recurso para liberar para os Estados. A Suframa perdeu o poder político com a perda dos recursos contin-

genciados pelo governo federal", afirmou o economista, ressaltando que o desenvolvimento da região ficou prejudicado.

As consequências do contingenciamento, para Machado, "são as piores possíveis". "A Suframa não pode programar o futuro, não sabe quando vai ter esse recurso, fica deteriorando aquilo que faz de investimento, já que não pode fazer a manutenção correta e não pode melhorar capital humano", disse.

De acordo com Machado, os percentuais destinados para os projetos de desenvolvimentos dos estados eram estabelecidos pela Suframa no orçamento.

Saiba mais

>> Estratégia

Durante o Encontro de Governadores da Amazônia Legal e do Brasil, no fim de outubro, os governadores Amazonino Mendes e Confúcio Moura discutiram sobre Região Norte e segurança nas fronteiras. Resultante dos debates, um Consórcio de Governadores da Amazônia Legal foi firmado para ter representatividade no Planalto, em Brasília (DF).

Hoje estarão presentes na reunião com governadores que acontece na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em Belém, para tratar do descontingenciamento dos recursos da Suframa.





COMISSÃO DA CÂMARA APROVA ZF NO AMAPÁ

Ameaça ao modelo O projeto concede ao Estado do Amapá os mesmos incentivos fiscais previstos para a Zona Franca de Manaus e pode prejudicar os empreendimentos na capital do Amazonas

Perdas Aprovação de um projeto semelhante ao de Manaus reduzirá as vantagens comparativas das empresas locais

Divulgação

Álison Castro

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Em mais uma ameaça ao modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira, um projeto de lei que concede ao Amapá os mesmos incentivos fiscais previstos para a ZFM, o que deve afetar a competitividade dos empreendimentos locais.

De autoria do deputado federal Cabuçu Borges (PMDB/AP), a proposta sustenta que “a importância do incentivo ao desenvolvimento da Região Norte do País, secularmente alijada do ciclo produtivo nacional, é incontestável, como bem ratificou este Parlamento quando da prorrogação da validade da Zona Franca de Manaus”.

Na mesma reunião da comissão, foi aprovado projeto de lei que cria uma Zona Franca em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, de autoria do deputado federal Giacobbo (PR/PR).

O Projeto de Lei 6314/16 al-

tera o Decreto-Lei 356/68, que garantiu os benefícios da ZFM aos Estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima). O relator na comissão, deputado Marcos Reategui (PSD-AP), deu parecer favorável à proposta.

Para o deputado federal Alfredo Nascimento (PR), a proposta não deve prosperar. “Novas concessões de incentivos nos moldes da ZFM para o setor industrial tem possibilidade zero de aprovação no plenário. O que temos para o Amapá é a Área de Livre Comércio de Santana é o que chamamos de Zona Franca

Verde de Macapá/Santana, que também beneficia as cidades de Tabatinga, no Amazonas, Guajará-Mirim, em Rondônia, e Brasileia e Cruzeiro do Sul, no Acre. Nesses municípios, haverá isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPD) para produtos em cuja composição haja preponderância de matérias-primas regionais”, disse Nascimento.

O deputado estadual Serafim Corrêa (PSB) afirmou que este tipo de iniciativa era previsto quando se propõe a expansão da Zona Franca. “Na hora em que queremos au-

mentar o limite da nossa Zona Franca, o Amapá diz ‘eu sou mais pobre que o Amazonas’, quero criar uma Zona Franca para mim. Tem uns dez projetos destes lá, podem surgir mais dez zonas francas”, disse o parlamentar.

O projeto aprovado determina que portaria interministerial fixará a pauta das mercadorias a serem comercializadas com os benefícios fiscais. A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Justiça anula licença para obra do linhão entre Manaus e Boa Vista

ENERGIA

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas informou que conseguiu, na Justiça, a anulação da licença prévia expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para as obras da linha de transmissão de energia elétrica entre Manaus e Boa Vista, o Linhão de Tucuruí. A sentença confirmou a decisão liminar obtida anteriormente, que manteve suspensa a licença para as obras desde fevereiro de 2016.

Na sentença, a Justiça Federal determinou ainda a realização de consulta prévia ao povo indígena Waimiri Atroari, nos moldes da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já que o projeto prevê a instalação de centenas de torres dentro da terra indígena. Há também determinação para envio de cópia integral do processo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “tendo em vista os patentes indícios de violação de direitos humanos – mais especificamente de direitos titularizados pelos indígenas brasileiros do povo Waimiri Atroari.

Tem de respeitar o modelo ZFM

O Brasil é um país de dimensões continentais e diferenças geográficas, de cultura, de desenvolvimento. São diferenças que precisam ser respeitadas, principalmente por quem têm o dever, a missão, a obrigação de comandar a nação, desde o alto ao mais baixo escalão do poder, da administração pública, de forma a atender a todos, com igualdade, sob o risco de se privilegiar regiões, em detrimento de outras.

Durante o seminário "O Futuro da Amazônia", que ocorreu esta semana em Manaus, realizado pelo jornal "Folha de São Paulo", o economista Roberto Castelo Branco, ex-diretor do Banco Central, diretor da Fundação Getúlio Vargas, fez severos ataques à Zona Franca de Manaus (ZFM) por conta dos incentivos, inclusive fiscais, às empresas que se instalam em Manaus. Talvez sem conhecer a importância de se desenvolver a Região Norte para o país, até para o mundo, Castelo Branco disse que a ZFM é "um estorvo para o Brasil".

Provavelmente, o economista serve a interesses de um grupo que persegue a ZFM com a finalidade de levar para o Sudeste e o Sul do país, regiões já privilegiadas, os incentivos que atraem empresas fortes para o Polo Industrial de Manaus.

A ZFM foi criada e implantada com o objetivo de desenvolver a região com a finalidade de proteger o território brasileiro, décadas atrás bem mais isolado e despovoado que hoje. Com o tempo, o modelo tornou-se importantíssimo para o mundo todo à medida que patrocinou, ainda, a preservação da Amazônia e sua biodiversidade, que auxilia no equilíbrio da vida no planeta.

No encontro de prefeitos do Amazonas, que também ocorre em Manaus, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Carlos Lacerda, sem ter conhecimento da participação de Castelo Branco no seminário da "Folha", fez o contraponto. Criticou, justamente, o modelo de investimentos da União em que a renúncia fiscal se concentra nas regiões Sudeste e Sul, em detrimento das demais. E Lacerda apontou números. Em 2016, o Sudeste obteve R\$ 141,3 bilhões de investimentos, totalizando 52,14% da renúncia fiscal do país. Em segundo lugar, o Sul obteve R\$ 44,45 bilhões. Com R\$ 35,49 bilhões, o Norte é o terceiro. Quem é o estorvo, então?

Não se trata de discutir ou questionar o Sudeste e o Sul, mas de se manter o que se tem de investimentos. Portanto, mais apoio e respeito à ZFM.

Comitiva Belga visita Manaus em busca de parceria

O prefeito em exercício, Marcos Rotta, recebeu na manhã desta quinta-feira (30), o embaixador da Bélgica, Dirk Loncke, nas dependências do Palácio Rio Branco, no Centro Histórico da capital, para conversar sobre parcerias futuras nas áreas econômica, científica e acadêmica. O ministro conselheiro da Embaixada do Reino das Bélgica, Hendrik Roggen, e o cônsul honorário da Bélgica em Manaus, Clifford Nelson Oliveira, completavam a comitiva.

“Uma reunião extremamente positiva para estreitar, cada vez mais, nosso relacionamento institucional e trazer novos investimentos para Manaus”, disse Rotta.

Para o embaixador, os dois países tem sugestões comuns em todas as áreas a serem feitas. “Esse encontro, realmente, abriu meu olhar para o grande potencial de cooperação”, analisou.

Alexandre Fonseca/Semlrf



O encontro reuniu outras autoridades

Quem disse



Entendemos que é um desperdício, um abuso, esse contingenciamento dos recursos da Suframa"

Amazonino Mendes,
governador do Amazonas
Página A8

UNIDOS

O descontingenciamento dos recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus e a integração de todos os estados da Amazônia, por meio de um consórcio, foram a pauta do encontro dos governadores do Ama-

zonas, Amazonino Mendes (PDT), e de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB). Este também esteve com o superintendente da Suframa, Appio Tolentino. Hoje ocorre encontro de governadores da Amazônia em Belém do Pará.



A Zona Franca de Manaus focou, por muitos anos, o abastecimento do mercado interno e o fez com êxito. Hoje, a tentativa é de expandir seu caráter exportador, com a consolidação de novos mercados e arranjos produtivos, para alcance mundial”.

Appio Tolentino, superintendente da Suframa



Follow-Up
EMPRESARIAL

EDITOR RESPONSÁVEL
ALFREDO MR LOPES*

Setor privado: o protagonismo (não) pede passagem...

Mais uma vez, atento às demandas da sociedade, e rouco de gritar pelos direitos e deveres de cada um, o Setor Privado se organiza para sugerir propostas, mobilizar atores e inaugurar um novo entendimento do papel de cada um. Chegou o momento de tomar as rédeas dos destinos nas próprias mãos. Como promover o atendimento do cidadão, quais os compromissos de gestão da coisa pública, como viabilizar o uso transparente e participativo do recurso pago pelo contribuinte? Assim foi na formulação do Plano Alternativo de Mobilidade Urbana, no âmbito do Comitê Cidadão, onde o Sinduscon, ladeado por entidades e representação do tecido social, propôs cenários de mobilidade na ótica da cidadania. Desse vez, um passo mais ousado: desenhar o FUTURO DA NOSSA CIDADE. Com a palavra, o presidente do Sinduscon, Frank Souza. Confira.

1. O futuro de Minha Cidade: O projeto que o Sinduscon traz ao debate sinaliza o protagonismo

civil?

Sim, a união das entidades, empresas, sociedade civil organizada.

Entendo que isso resulta do desencanto com a gestão pública, o desperdício de recursos, o gasto em custeio da máquina pública, cada vez mais burocratizada, lenta e transformada num fim em si mesma. O cidadão começa a acordar e ver que, assim como na economia doméstica, quem gasta mais do que arrecada paga um preço muito alto no fim das contas. E na esfera pública, quem paga essa conta é o próprio cidadão.

2. Quais os outros ensaios de protagonismo da setor privado mostram que este é o caminho?

Alguns municípios do Brasil, que tem este projeto já em desenvolvimento, alguns há mais de dez anos, mostram que a parceria da sociedade e a prefeitura tem assegura do o crescimento econômico da cidade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Não se trata de excluir ninguém e sim de mobilizar os interessados

para reduzir a margem de erros.

3. Que lugar o poder público municipal terá no Futuro de Minha Cidade?

Cada um dará sua contribuição em sua especialidade e função. O poder público estará alinhado com as propostas desenvolvidas pelas Câmaras dos diversos eixos do projeto e terá um acompanhamento efetivo da sociedade civil organizada para o cumprimento do planejamento nos mais diversos setores, dentro de suas prioridades de prazos, independente do período de gestão daquele governante, o planejamento atenderá os próximos 20 anos. Não vamos executar planos de governo e sim um projeto de toda a sociedade.

4. Que setores serão preponderantes na coordenação e detalhamento do Futuro de Minha Cidade?

A proposta é trabalhar em mútuo, onde cada entidade, grupo ou especialista vai contribuir com

a construção do futuro. Um futuro que já começou quando vemos a adesão de todos. Eis alguns setores/atores que consideramos vitais para compor o espectro central do Planejamento.

Desenvolvimento Econômico, ou seja, todas as atividades que integrem a base material e produtiva (ZFM; os novos polos; Logística /Distribuição; Biotecnologia; Piscicultura; Comércio Exterior); Turismo (Ecoturismo; Turismo de negócios); Educação (Fundamental/Ensino Médio; Ensino Superior; Pós-graduação; Formação Técnica); Energias Alternativas; Desenvolvimento Urbano (Mobilidade Urbana; Saneamento; Planejamento Urbano; Construção Civil/Setor Imobiliário); Saúde; Gestão Pública (Segurança); Comércio/Serviços; Meio Ambiente;

5. Manaus é a Paris dos Trópicos no Ciclo da Borracha, tal seu glamour e riqueza. A ZFM superou em receita aquele Ciclo de Riqueza. Por que uma economia prosperou a urbanidade e a outra a destruiu?

As fontes de recursos mudam com o passar dos anos, daí a mudança nos ciclos econômicos; por isto é tão importante planejar. Para nós, em vista do caos urbano crescente, é vital planejar ao menos nos próximos vinte anos, para que estejamos preparados para estas mudanças, novas fontes de recursos, a exemplo das que ocorreram no passado de abundância; temos que preparar a cidade para o movimento inevitável de migração rural para os centros urbanos, precisamos estar atentos às mudanças necessárias, ao déficit habitacional e na adequação da evolução das cidades; este projeto é uma excelente ferramenta para estes desafios das evoluções das cidades em todos os eixos estruturantes. Se os ciclos permitiram a geração de riqueza, não podemos estimular seu desperdício e sim sua aplicação no interesse maior da coletividade.

6. Portugueses, judeus, árabes, ingleses e culturas locais tradicionais formam a mistura de hábitos

e valores dessa Manaus. Como envolver os principais segmentos na construção do Futuro de Minha Cidade?

O Projeto é O Projeto é apolítico, sem envolvimento de credos e raças, pertence a todos os interessados em participar do projeto, os "Apaixonados por Manaus"; os que vivem aqui querem um melhor lugar para viver independente de suas nacionalidades e origens, religião, este é o grande mote, pensar o futuro e na melhoria do ambiente em que vivemos e amamos. Obviamente que isso não impede que ninguém se organize em suas tradições, mantenha seus costumes, permita que os diferentes possam conhecer e compreender as manifestações de cada etnia. A culinária, a dança, as vestes e todos os outros costumes que descrevem as identidades devem ser respeitados. Importante é conviver em paz, em acolhida e em atitude desrespeito, afinal, temos algo em comum: Somos Apaixonados por Manaus!

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do CIEAM. Editor responsável: Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br



Ipaam e Fieam lançam sistema online MTR

A Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) e o Ipaam (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas) lançaram o Sistema Online do MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) para representantes de empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), Transportadoras de Resíduos e Empreendedores.

O evento contou com presença do gerente de Licenciamento Urbano e Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), Fábio da Silva, diretor regional Sul da Abetre (Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos) – que criou o sistema MTR, Odilon Amado Jr., e o assessor da presidência do Ipaam Antonio Stroski.

A coordenadora de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Fieam, Renée Veiga, explica que o sistema é fruto de um Termo de Cooperação entre o Ipaam e a FATMA e seu principal objetivo é modernizar a gestão de resíduos do PIM e dos demais geradores, bem como orientar as empresas terceirizadas que realizam a coleta e destinação.

Um dos benefícios do sistema é o retorno das informações, via relatório, que orientará o andamento dos processos das empresas com acesso direto aos dados das transportadoras, disse Amado Jr.

Para o empresário e proprietário do Grupo Agro Rio, Michel Ribeiro, o sistema chegou em boa hora, pois irá ajudar muito no controle de resíduos, fazendo com que as empresas do PIM busquem trabalhar com transportadoras legalizadas com a possibilidade de geração de relatórios e correções imediatas.

“É um programa que vai dar segurança, tanto para o gerador como para o transportador e destinador final na questão de tipos de resíduos, a necessidade de reciclagem desse resíduo”, frisou o transportador.

De acordo com Antônio Stroski, o sistema é parte de um conjunto de medidas que o Ipaam está adotando para atender o PIM e as áreas da saúde, grandes geradores de resíduos do comércio e até construção civil.

Justiça Federal confirma decisão que anulou licença prévia para obras do Linhão de Tucuruí

Questão indígena freia infraestrutura

O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas conseguiu na Justiça a anulação da licença prévia expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para as obras da linha de transmissão de energia elétrica entre Manaus e Boa Vista, o Linhão de Tucuruí. A sentença confirmou a decisão liminar obtida anteriormente, que manteve suspensa a licença para as obras desde fevereiro de 2016.

Na sentença, a Justiça Federal determinou ainda a realização de consulta prévia ao povo indígena

Justiça Federal determinou ainda a realização de consulta prévia ao povo indígena Waimiri Atroari

Waimiri Atroari, nos moldes da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já que o projeto prevê a instalação de centenas de torres dentro da terra indígena. Há também determinação para envio de cópia integral do processo à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, "tendo em vista os patentes indícios de violação de direitos humanos – mais especificamente de direitos titularizados pelos indígenas brasileiros do povo Waimiri Atroari – violação esta que seria decorrente de possível ação de agentes do Estado brasileiro,

com vulneração de tratados e compromissos internacionais assumidos junto à ONU e à OEA".

Ao confirmar a decisão liminar, a Justiça Federal ressaltou novamente a obrigatoriedade de consulta prévia aos povos interessados em quaisquer empreendimentos planejados pelos governos, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, e que a comunidade indígena Waimiri Atroari deveria ter sido consultada há muito tempo, uma vez que sofrerá reflexos diretos da implantação da

linha de transmissão.

Em sua manifestação à Justiça, o Ibama alegou ter realizado quatro consultas públicas abertas às comunidades afetadas pela implantação do Linhão, em junho de 2014, em cidades do Amazonas e de Roraima. Ao concordar com os argumentos do MPF na ação, a Justiça considerou na sentença que tais audiências não desobrigam o governo de realizar consulta prévia na forma da Convenção nº 169/OIT aos Waimiri Atroari, já que há previsão legal específica nesse sentido.

O processo tramita na 3ª Vara



Foto: Dimaggeho

Ibama alegou ter realizado quatro consultas públicas abertas às comunidades afetadas

Federal no Amazonas, sob o número 18032-66.2015.4.01.3200. Cabe recurso da sentença. O órgão destaca que o processo em questão se refere à mesma obra, mas não está vinculado a outra ação ajuizada em 2013, contra a Eletrobras e outros, na qual se pediu a anulação do edital de licitação do trecho da linha de transmissão. Nesta ação que recebeu sentença da Justiça, os alvos são a licença prévia que naquela época sequer havia sido concedida e a exigência de consulta prévia ao povo indígena afetado.

Ressalvas sem exigências

Segundo a ação do MPF, em documento enviado ao Ibama em novembro do ano passado, a presidência da Funai alerta para os graves danos que estão sendo e serão causados ao povo Waimiri Atroari, considerando a situação de vulnerabilidade histórica e de recente contato dos indígenas, e menciona a necessidade de haver consenso entre os moradores, sem exigir, no entanto, a realização de consulta prévia, livre e informada, conforme disposto na convenção internacional. Ao final, a Funai

apresenta mera aceitação das escolhas indicadas pelo Ibama e pela empresa responsável pela obra, sem mencionar a exigência de consulta prévia.

Logo após conhecerem o teor do documento, as lideranças do povo Waimiri Atroari encaminharam ofício à presidência do Ibama desautorizando a Funai a falar em seu nome em relação à obra e ressaltando que a comunidade "ainda não decidiu pela concordância da instalação de 250 torres de sustentação de 125 quilômetros de linha de transmissão em suas terras" e afirmando,

em caixa alta: "nós não falamos para o presidente da Funai para ele autorizar o Ibama a emitir licença".

Para o MPF, não se pode admitir novo processo de violação de direitos contra uma etnia cuja história é marcada por inúmeros erros administrativos como estratégias de "pacificação violenta", processo de demarcação repleto de ilegalidades, construção de uma rodovia e exploração de minérios em suas terras, inundação de territórios sagrados e muitas memórias daquele povo por conta da criação da hidrelétrica de Balbina. "É essencial que se faça consulta ao povo Waimiri Atroari, sob pena de que estes venham a ser vítimas, mais uma vez em sua história, de outro episódio irresponsável de manobras e falhas administrativas", destaca trecho da ação inicial.

Em outra ação ajuizada em agosto deste ano, o órgão levou à Justiça um episódio emblemático entre os diversos casos de violações praticadas contra os povos indígenas durante a ditadura militar no Brasil: o massacre dos Waimiri Atroari na abertura da rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista). Entre outras medidas, o MPF requer a reparação dos danos causados por meio de indenização, pedido de desculpas oficial do Estado brasileiro, retificação da área da reserva para incluir o trecho referente à rodovia como parte da terra indígena e proibição de medidas de militarização da política indígenista no território. A ação aguarda decisão da Justiça.

Amazonino Mendes recebe governador de Rondônia

O descontingenciamento dos recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a integração de todos os estados da Amazônia, por meio de um consórcio, foram a pauta do encontro dos governadores do Amazonas, Amazonino Mendes, e de Rondônia, Confúcio Moura, na manhã desta quinta-feira (30/11), na sede do Governo, bairro Compensa II, zona Oeste de Manaus.

Conforme o governador Amazonino, o encontro afinou o discurso que ambos terão amanhã (1), durante a reunião com os chefes de Estado, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em Belém (PA). Uma das pautas a ser abordada, na Sudam, será o descontingenciamento de verbas da ZFM

para a aplicação dos recursos no desenvolvimento dos estados.

“Então, afinamos entendimentos muito proveitosos e importantes para os nossos estados. Entendemos que é um desperdício, um abuso, esse contingenciamento dos recursos da Suframa. Essa taxa, que é recolhida aqui mesmo, poderia muito bem estar atendendo, em nossos estados da Amazônia Ocidental mais o Amapá, aos programas importantes de desenvolvimento”, comentou Amazonino Mendes.

De acordo com o governador de Rondônia, Confúcio Moura, os estados da Região Norte precisam se unir, superar as barreiras partidárias, em prol do desenvolvimento da Amazônia.